

# Cepal e a substituição industrial de importações

IGNACIO M. RANGEL

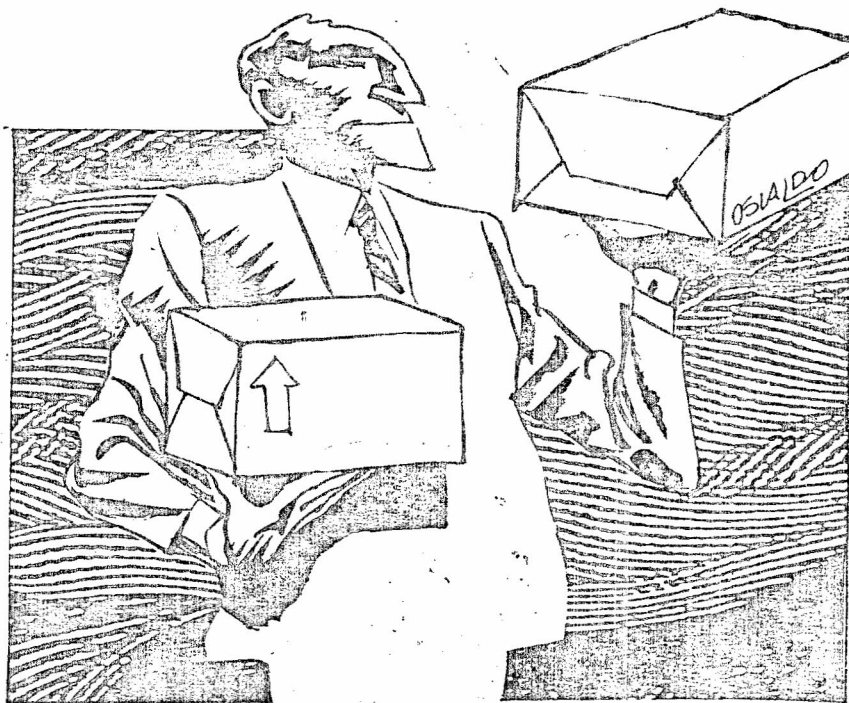
Agora, quando começamos a falar em trocar o motor primário do desenvolvimento da economia brasileira, pondo algo de novo no lugar da substituição de importações — no gênero das exportações competitivas — vem muito a propósito um esforço de memória para fixar como foi que a aludida substituição entrou em nosso dia-a-dia, não como essa coisa desgastada, que agora se nos afigura, mas como algo de vibrante e inovador difícil de ser aceito pelos nossos conservadores e, ao contrário, aceito com as duas mãos por aquilo que se convencionou chamar de a esquerda nacional.

Minha geração, que tinha 20 e poucos anos quando chegou o Estado Novo, vindo, com o fascismo, o planejamento econômico soviético, o New Deal e a 2ª Grande Guerra, na esteira da Grande Depressão mundial, já começava a perceber que o Brasil — e todo o mundo, como veríamos mais tarde — havia penetrado numa era de prosperidade, na sequência da guerra, mas nem tínhamos contabilidade social que nos permitisse verificar e quantificar isso, nem teoria econômica que nos habilitasse a precisar a etiologia dessa prosperidade. No caso específico dos Estados Unidos, mal terminada a guerra, os soldados entraram em agitação, exigindo o retorno à pátria. A volta do desemprego parecia favas contadas e os últimos a chegar seriam os pior aquinheados.

A guerra dera emprego — na indústria e sob as bandeiras — a cerca de 27 milhões de pessoas, por estranha mágica recrutados entre os dez milhões de desempregados oficialmente reconhecidos.

Equívocos assim também os tivemos, no Brasil. O período entre a Quinta-feira Negra, de outubro de 1929, e o início da guerra fora preenchido por lutas cujo desfecho lógico parecia ser uma mudança de regime que promovesse a industrialização do país e, como passo para isso, que fizesse uma reforma agrária radical. Ora, o regime mudara, por certo, e o sentido dessa mudança era a industrialização do país, mas do outro capítulo da mudança, a reforma agrária, nem falar. No comando do Estado em aliança com o capitalismo industrial nascente, estava o latifúndio feudal, o qual tomava interesse ativo pela industrialização, desde que seus privilégios feudais não fossem tocados.

Nós, os revolucionários dos anos 30, especialmente aqueles que se haviam postado sob as bandeiras da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e de Prestes, visto como não houvera re-



industrialização era verdadeira, por algo que escapava a minha percepção. Por alguma razão inexistia, entre a industrialização e a reforma agrária, a correlação que supúnhamos haver.

Em 1948 — há 40 anos — as Nações Unidas criavam vários órgãos regionais, incumbidos de estudar a problemática do desenvolvimento das respectivas regiões, notadamente a Comissão Econômica para a Europa e a Comissão Econômica para a América Latina, isto é, a Cepal, esta sob a liderança de Prebisch, o ilustre economista argentino que nos iniciou nos segredos do pensamento keynesiano.

Ora, foi a Cepal que me forneceu o elo que faltava à minha cadeia, isto é, ao meu ideário estruturado em torno do desenvolvimento econômico brasileiro, a saber, o papel da substituição de importações. Com efeito, com Keynes eu ficara sabendo que a crise resultava de uma insuficiência da demanda global, mas, com os cepalinos fiquei sabendo que, mesmo nos quadros de uma demanda global insuficiente, pode

surgir uma demanda específica superabundante, dos bens e serviços que nos habituáramos a importar. Assim sendo, a demanda que julgáramos só poderia ser criada através da reforma agrária, para expandir o mercado interno, era suscitada pela própria

evolução do meu pensamento sócio-econômico, enriquecendo as noções trazidas da Faculdade de Direito. Também dos mestres cepalinos — especialmente de Jorge Ahumada — eu receberia os ensinamentos relativos ao ciclo econômico, notadamente o Ciclo de Kondratiev. Pondo em paralelo os ciclos longos com a evolução sócio-econômica do Brasil que, empiricamente, eu já havia ordenado em torno das dualidades, não me foi difícil perceber que as crises mundiais relativas aos ciclos longos haviam estado sempre na raiz das crises jurídico-políticas que resultavam na transição de uma dualidade a outra.

Assim, a crise — ou a fase recessiva do 1º Kondratiev — deu-nos a independência; isto é, a 2ª dualidade; a do 3º ciclo longo desencadeou o movimento que culminaria com a Revolução de 30 e, com ela, a 3ª dualidade. Vivemos agora a "fase b", ou recessiva, do 4º ciclo longo, em cujo seio a sociedade brasileira vive uma crise gravíssima, cuja superação não pode senão fazer-se com o advento da 4ª dualidade.

A Cepal não é, por certo, responsável pelo uso que dei aos seus ensinamentos, mas é com imenso reconhecimento que lembro a passagem desse órgão das Nações Unidas por minha vida. E estou certo de que não serão poucos os contemporâneos — economistas, sociólogos e políticos — os que lembrarão

isto é, a 1ª Dualidade, a 2ª Kondratiev, a Abolição-República